

Escola Superior de Educação

Curso: Mestrado na Especialidade de Educação Pré-Escolar e

Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

A sexualidade Infantil na Educação Pré-Escolar

Marisa Pina Borralho

Beja 2017

Escola Superior de Educação

Curso: Mestrado na Especialidade de Educação Pré-Escolar e

Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

**Estudo Final de Mestrado Apresentado na Escola Superior de
Educação do Instituto Politécnico de Beja**

A sexualidade Infantil na Educação Pré-Escolar

Elaborado por:

Marisa Pina Borralho

Orientado por:

Mestre Especialista Maria do Céu Lopes da Silva André

Beja 2017

Agradecimentos

A todos aqueles que de uma forma mais direta ou indireta permitiram que este estudo se realizasse, um agradecimento especial à minha orientadora Mestre Especialista Maria do Céu André, pelo incentivo com que sempre me acompanhou, pelas suas sugestões, ajuda e amizade.

Aos meus pais e familiares mais próximos, em especial à minha mana Sara que também me ajudou e apoiou bastante neste processo.

Ao meu namorado pelo apoio incondicional, pela força, dedicação e incentivo constante para que conseguisse terminar mais esta etapa.

À minha diretora técnica do centro infantil onde trabalho, pelo apoio, compreensão, amizade e por ter aceitado participar neste estudo.

Por ultimo, mas não menos importante, à minha colega e amiga Nazaré Palma pela ajuda e disponibilidade, pelas sugestões e carinho.

Resumo

Este artigo reporta-se a um estudo, que teve como objetivo, analisar a maneira de agir dos adultos face às manifestações de sexualidade no ambiente educativo, de crianças em idade pré-escolar, especificamente nas seguintes dimensões:

- A importância atribuída à sexualidade infantil no desenvolvimento integral da criança;
- Atitude dos adultos perante manifestações de sexualidade das crianças;
- Preparação dos adultos que lidam com as crianças diariamente neste contexto;
- Pertinência da abordagem do tema feita por especialistas junto dos profissionais e dos pais;
- Propostas de melhoria.

Metodologicamente, tratou-se de um estudo descritivo em que foi aplicada uma entrevista à Diretora Técnica do Centro Infantil Quinta dos Pardais em Albufeira.

Podemos constatar que, de acordo com as respostas dadas, existe pouca (in) formação sobre esta temática na educação pré-escolar, especificamente, neste centro Infantil.

A Diretora Técnica considera importante, proporcionar oportunidades para os profissionais de educação se especializarem sobre os assuntos relacionados com a educação para a sexualidade no ensino pré-escolar, pois ainda existe muito preconceito e falta de informação, considera ainda que, este tema é geralmente banalizado e esquecido, pelas dificuldades encontradas face à melhor maneira de lidar com este tipo de situações.

Afirma, que as crianças em idade pré-escolar têm por hábito colocar questões sobre sexualidade, contudo, considera que as respostas nem sempre são dadas adequadamente devido à insegurança, inerente à falta de formação das educadoras de infância e das auxiliares nesta área específica.

Por outro lado, encara a educação para a sexualidade tão importante como outras áreas que são trabalhadas e que fazem parte do plano curricular e defende que esta deve começar a ser abordada desde a educação pré-escolar (3-6anos).

No entanto, verifica que este é um tema pouco frequente nos projetos curriculares e foi proposto pela própria Diretora Técnica, sensibilizar as educadores para trabalharem esta temática e que a possam incluir nos Projetos Curriculares de Grupo, propõe também a realização de um Projeto Educativo, dentro da temática em questão promovendo a educação para saúde.

Constatou-se, ainda, que a família é um elemento essencial na educação para a sexualidade, e que este trabalho tem que ser feito em parceria com as famílias.

Palavras-chave: Educação para a Sexualidade; Educação e Promoção para a Saúde;

Educação Pré-Escolar.

Abstract

This article is referent to a study case which main objective was to analyse the way adults act when facing sexual behaviours in the educational environment of childs in pre-school ages, specifically in the following dimensions:

- The importance given to childs sexuality on their full development;
- Adults attitude when facing childs sexual behaviours;
- Training of adults whomwork daily with childs at this stage;
- Importance of the approach of the subject near professionals and parents;
- Improvement proposals.

The method applied consisted of a descriptive interview made to the technical director of "centro infantil quinta dos pardais" based in Albufeira - Algarve

According to the answers given we concluded that there is but few (in) formation concerning this subject when it comes to pre-school education, including, in this child center.

The Technical director considers important to provide training opportunities on this matter to the professionals on the educational area as she faces a lot of preconception and lack of information which leads to some trivialization caused by the difficulties found when it comes to define the best way of treating with this situations when "hands on".

She affirms thats childs in pre-school ages often make questions about sexuality, however, she considers that the aswers given are frequently inadequate due to the teachers and assistants insecurity inherent to the lack of training in that specific subject.

On the other hand, she consideres sexual education as important as all other working themes included on the pre-schoolers curriculum and defends that this should be approached since ages 3 to 6.

Yet this subject is rarely included on pre-school curriculum and as technical director she herself suggested to compromise the teachers to work on this subject asking them to

include it on group curriculum as well as she proposes an educational project within this matter promoting education for health.

It was also concluded that families are an essential element on sexual education and that this work needs to be done in partnership between school-family.

Keywords: Sexual Education, health promotion, pre-school education.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de Quadros	ix
Introdução	10
 Parte I – Revisão de Literatura	13
Capítulo 1 – Um Olhar Sobre a Sexualidade	13
1.1. O que é a Sexualidade	13
 Capítulo 2 – A História da Sexualidade	16
2.1. A Sexualidade Através dos Tempos	16
 Capítulo 3 – A Sexualidade no Ambiente Escolar	20
3.1. A Educação Sexual no Pré-Escolar	20
3.2. Atitudes Perante a Sexualidade	24
3.3. A Educação Sexual e o Papel do Educador	26
 Parte II – Estudo Empírico	31
Capítulo 4 – Contextualização do estudo	31
4.1. Caracterização do Meio	31
4.1.1. Meio	31
4.1.2. Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	32
4.2. Centro Infantil “Quinta dos Pardais”	33
4.2.1. Localização e Acesso	33
4.2.2. Espaços Físicos	34
4.2.3. Recursos Humanos	35
4.3. Objeto de Estudo	37
Capítulo 5 - Metodologia	38
5.1. Participantes no Estudo	39

5.2. Instrumentos de Recolha e Tratamento de Dados	40
Capítulo 6 – Análise e Interpretação de Dados	42
6.1. Análise de Conteúdos da Entrevista	42
Categorias	
6.1.1. Inportância da Sexualidade Infantil no Desenvolvimento Integral da Criança	42
6.1.2. Atuação da Coordenação Face a Relatos e Manifestações de Sex. Infantil	43
6.1.3. Atitudes da Coordenação Face à Manifestação de Sexualidade Infantil.....	44
6.1.4. Abordagem do Tema da Sexualidade	45
Capítulo 7 – Análise de Necessidades	46
7.1. Identificação de Necessidades	46
Parte III - Proposta de Intervenção	48
Capítulo 8 - Fundamentação e Desenvolvimento da Proposta de Intervenção	48
8.1. Fundamentação e Objetivos Gerais da Proposta de Intervenção.....	48
8.2. Projeto de Intervenção	49
8.3. Programa de Enriquecimento Interpessoal	50
8.3.1. População Alvo	50
8.3.2. Constituição do Grupo.....	50
8.3.3. Duração do Programa	50
8.3.4. Formadores	50
8.3.5. Objetivos Gerais das Sessões	51
8.3.6. Planificação das Sessões.....	51
8.3.7. Avaliação das Sessões	53
Considerações Gerais	55
Referências Bibliográficas	57
Apêndices	61
Apêndice I – Guião de Entrevista à Diretora Técnica	63
Apêndice II – Grelha de Avaliação do Programa de Enriquecimento Interpessoal	67

Índice de Quadros

Quadro I – Capacidade Total de Crianças	33
Quadro II – Organograma do Estabelecimento	36
Quadro III – Importância da Sexualidade	42
Quadro IV – Atuação Face a Relatos de Manifestação	43
Quadro V – Atitude Face a Manifestações	44
Quadro VI – Abordagem do Tema	45

Introdução

A motivação para este estudo, em que se procurou analisar a resposta dos adultos face às manifestações de sexualidade no ambiente educativo, de crianças em idade pré-escolar, deve-se ao facto, de ao longo da minha prática enquanto estudante e depois, como profissional de educação, ter vivenciado situações constrangedoras e observado diferentes métodos de solucionar e de abordar o assunto com as crianças. Face à complexidade das situações vivenciadas e as dificuldades sentidas para as solucionar, constituíram a base de interesse pela temática em causa.

A sexualidade integra “componentes sensoriais e emotivo-afetivos, cognitivos e volitivos, sociais, éticos e espirituais”, adquirindo o verdadeiro sentido no “contexto de um projecto de vida que promova o conhecimento e aceitação de si próprio e o conhecimento e aceitação do outro” (Dias et al,2002). Bastos (2003), refere que a sexualidade é “parte integrante do desenvolvimento da personalidade e da identidade, bem como do processo educativo, já que caracteriza o homem e a mulher, não somente no plano físico, mas também no psicológico e espiritual, marcando toda a sua inerente expressão.”

Para Suplicy (1990), a orientação sexual na infância, não é feita de forma sistematizada porque a criança fala sobre suas dúvidas a qualquer hora. Afirmo, ainda, que o tema deverá ser abordado sempre que aparecerem situações com conotação sexual ou que possam ser usadas para esclarecimentos, e que, o professor deve estar atento para tomar a iniciativa quando a oportunidade aparecer.

Partindo deste princípio e visto que o enquadramento legal português prevê a abordagem da educação sexual no contexto escolar através da legislação em vigor, portaria N°196-A/2010 de 09 de abril, (orientações curriculares respeitantes aos conteúdos da educação sexual), regulamenta a Lei N°60/2009 de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, e do Referencial de Educação para a Saúde publicado em Outubro de 2016, pela Direção Geral da Saúde e Direção Geral da Educação, existe a necessidade de valorizar e promover ações de formação de maneira a que os profissionais de educação e famílias estejam preparados para poderem atuar e dar resposta com maior eficácia.

A escola deverá promover a formação integral do aluno para que este seja um ser humano com valores, bem formado e participativo na construção de uma sociedade com horizontes (Dewey, 1971).

De acordo com Chagas (1995), devem ser proporcionadas oportunidades para a criança perguntar, manusear, observar, experimentar, satisfazer curiosidades e ser valorizada. Quando a criança sente que a sua curiosidade é valorizada, reforça a certeza de que está tudo bem com ela e fortalece a confiança com os adultos para compartilhar dúvidas e sentimentos.

Este estudo tem como principal objetivo recolher a informação necessária sobre a respetiva temática para atuar de uma forma adequada nestas situações, conhecer a opinião da direção da instituição face às diferentes atitudes adotadas pelos adultos de acordo com as manifestações de sexualidade das crianças e envolver a instituição no desenvolvimento de ações de sensibilização sobre esta temática, junto dos pais e do pessoal docente e não docente, de forma a colmatar as necessidades existentes, melhorar e uniformizar os procedimentos tendo em conta o saudável desenvolvimento integral da criança.

Tendo em conta o processo realizado e sendo o presente estudo baseado numa metodologia de investigação ação pretende-se com este trabalho encontrar soluções para a problemática em causa, “como trabalhar com pais, educadoras e auxiliares de ação educativa, no sentido de melhorar o papel dos intervenientes no que respeita às manifestações da sexualidade em idade pré-escolar.”

Neste estudo são apresentados vários pontos que passamos a apresentar. Inicialmente contemplamos uma pequena introdução com uma delimitação e justificação da temática.

Na primeira parte do trabalho é apresentada uma revisão da literatura, em que são abordados aspetos relacionados com o significado da sexualidade, sobre a evolução da sexualidade ao longo dos tempos, a importância da educação sexual no pré-escolar, as atitudes dos adultos perante a sexualidade na infância assim como a educação sexual e o papel do educador.

A Segunda parte contempla o estudo empírico, onde consta a opção metodológica que foi adotada na investigação, a formulação do objeto de estudo assim como a identificação dos participantes e o instrumento de recolha de dados que fizeram parte da pesquisa.

Na terceira parte, encontra-se a proposta de intervenção assim como a sua fundamentação, apresentação do projeto de intervenção e seus constituintes e a respetiva avaliação.

A apresentação das considerações finais que vão dar resposta à questão que despoletou este estudo constitui o último ponto deste estudo.

Parte I – Revisão da Literatura

Capítulo 1 – Um Olhar Sobre a Sexualidade

1.1. O que é a sexualidade

Marques *et al*, (2002, p.5) refere que “Na nossa sociedade a educação sexual e a sexualidade ainda são um forte tabu. Com demasiada facilidade se associam as mesmas ao incentivo das precoces e interditas relações sexuais. Temos ainda dificuldade em falar e expressar de diferentes formas as questões relacionadas com os nossos afectos, com os nossos sentimentos e sobretudo com o nosso corpo. Os afectos são segredos, os sentimentos para guardar e o corpo é considerado como uma embalagem e como a apresentação da pessoa e não como um meio e instrumento de comunicação”

A sexualidade é a expressão cultural e conjunta de regras, criadas por cada sociedade que se tornam referências fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Resumindo e simplificando, a sexualidade é um conjunto de ações e relações do sujeito consigo mesmo e com os outros; revela-se como parte da personalidade que determina um modo particular de agir, de se expressar, de se comunicar, de sentir e de viver. Falar de sexualidade é falar do indivíduo e do coletivo simultaneamente, envolve posições únicas, individuais, mas ligadas a valores e crenças. Teixeira, (2011).

A sexualidade faz parte de uma invenção social para que nos conheçamos, o mesmo autor acima mencionado, refere que “Além das implicações socioculturais, a nossa sociedade foi capaz de criar uma ciência sobre o sexo, referindo-se a ele, sobretudo em suas aberrações, perversões, extravagancias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Tal ciência é normalizada por imperativos morais cujas classificações reiteraram, sob a forma de normas médicas elaboradas por profissionais, a existência de identidades sexuais normais e desviantes. O prazer erótico transforma-se em sexualidade à medida que a sua investigação produz textos, manuais e estudos que distinguem a sexualidade normal de seus domínios patológicos. Trata-se de um esforço social para disciplinar os corpos em suas relações eróticas”.

López e Fuertes (1992, p.15), salientam que “as diferentes dimensões do ser humano influenciam-se mutuamente como o metal numa liga. A sexualidade não pode ser entendida em si mesma, isolada de todo o resto. As capacidades e os processos biológicos, intelectuais, linguísticos e afetivos servem de mediação à identidade, ao papel, aos desejos, sentimentos, fantasias e comportamentos sexuais”.

Os mesmos autores referem que “a sexualidade tem uma dimensão biológica indubitável. Das nossas unidades mínimas, as células, à nossa figura corporal global, todo o nosso corpo é sexuado em suas estruturas e funções. Deste modo, a sexualidade está enraizada no biológico e não pode ser entendida sem se levar em conta essa dimensão. Nossos desejos e comportamentos sexuais dependem, entre outros fatores, dos nossos hormônios sexuais, da nossa idade, da nossa figura corporal e do nosso estado físico geral”.

A reprodução é uma função fundamental na espécie humana, no entanto não é única e não tem que ser forçosamente a mais importante, a sexualidade pode ter um sentido diverso da função biológica e transformar-se em fonte de prazer, bem-estar psicofísico, comunicação e afeto. A sexualidade pode ajudar a encontrar momentos de prazer e bem-estar, impulsionar a sair da solidão, procurar tocar e abraçar. Permite chegar a formas de comunicação íntimas do ponto de vista corporal e psíquico, no entanto também torna possível que duas pessoas possam planejar a sua relação, ou os filhos que desejam ter, no contexto de uma relação estável, caracterizada por diferentes graus de paixão, intimidade e compromisso. López e Fuertes (1992).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMG), sexualidade é “uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinónimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva a encontrar o amor. Contato e intimidade, que se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações e portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a sexualidade, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental e a integração dos aspetos sociais, somáticos, intelectuais, emocionais de maneira tal que influencie positivamente a personalidade a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor”. (BOLETIM OMS, 2000, p. 17).

De acordo com Almeida (2009), estamos, hoje, mais conscientes de que a sexualidade não se esgota no ato sexual, uma vez que ela é prazer e descoberta, é palavra e gesto, é amizade e afeto, satisfação e sofrimento, enfim, é expressão da nossa existência. A sexualidade expressa-se não só no que sabemos, mas, sobretudo, nos nossos sentimentos, atitudes e comportamentos.

Segundo Gomes (1992, p. 5-6), “A sexualidade pode constituir uma forma privilegiada de enriquecimento pessoal e relacional ou, pelo contrário, tornar-se numa fonte de sofrimento que afecta dramaticamente a vida da pessoa, quer a nível da realização pessoal e relacional, quer a nível das pesadas facturas pagas quando a sua expressão se faz de forma imatura, ignorante, ou culpabilizada.”

A sexualidade é uma importante área de desenvolvimento humano com expressões e repercussões na forma como o individuo se relaciona consigo próprio e com os outros, na constante procura de amor, contacto e intimidade. Esta influência pensamentos, sentimentos, ações e interações que se podem repercutir no estado de saúde física e mental dos indivíduos (OMS 1974; Nodin, 2001) e, quando geradora de um conjunto básico de comportamentos, que nem sempre são coerentes com a individualidade, carácter, valores e normas sociais, torna-se ela mesma geradora de conflitos internos. Soveral (2002).

Para Barragán e Dominguez (1996), a sexualidade é resultado da interação entre o individuo e o ambiente. Estes autores negam o casualismo biológico assim como um único padrão de desenvolvimento sexual, considerado de normal, na sexualidade. Em investigações desenvolvidas por Barragán em 1982 e 1988, concluíram que a construção da sexualidade surge, ao longo da vida a partir da observação, das experiências e das interações entre iguais.

Esta vai integrar “componentes sensoriais e emotivo-afetivos, cognitivos e volitivos, sociais, éticos e espirituais” adquirindo o verdadeiro sentido no “contexto de um projecto de vida que promova o conhecimento e aceitação de si próprio e o conhecimento e aceitação do outro” Dias et al (2002).

Na opinião de Bastos (2003), a sexualidade deve ser “parte integrante do desenvolvimento da personalidade e da identidade, bem como do processo educativo, já que caracteriza o

homem e a mulher, não somente no plano físico, mas também no psicológico e espiritual, marcando toda a sua inerente expressão.”

Capítulo 2 – A História da Sexualidade

2.1. A sexualidade Através dos Tempos

De acordo com Engles (cit. In Almeida 2009), as primeiras civilizações praticavam atividades sexuais livres sem qualquer conotação de promiscuidade. Sabia-se apenas quem era a mãe, o pai era desconhecido e assim se formavam os grupos familiares, chamados de clãs. Estes foram acumulando bens ao longo do tempo o que deu origem às primeiras propriedades privadas e consequentemente esta forma livre de se relacionarem passou a ser praticada por casais, que pretendiam que os seus bens pudessem ser herdados pelos filhos legítimos. Desta forma a poligamia deu lugar à monogamia e passou então a institucionalizar-se o conceito de família.

O mesmo autor refere ainda que na civilização grega, uma vez que a maioria dos homens partiam para a conquista de novos territórios, os casamentos tinham essencialmente fins reprodutivos. As mulheres cuidavam da casa e as meninas assim que tivessem as primeiras menstruações eram destinadas a casar, geralmente com homens mais velhos pois os rapazes eram incentivados a casar depois dos vinte e um anos, até então eram considerados aprendizes, sendo-lhes permitido pelos seus mestres o homossexualismo. A mulher só podia iniciar a sua vida sexual depois de casar.

Menciona ainda que a civilização Romana herdou grande parte da cultura grega, no entanto, apenas nas classes sociais mais ricas eram permitidas festas de cariz sexual onde obtinham prazer sexual através de orgias.

No que diz respeito à religião católica, refere que exerceu e ainda exerce bastante influência sobre o comportamento sexual do indivíduo, era permitido pela igreja uma relação sexual apenas para fins reprodutivos, sendo proibidas as relações apenas por prazer sexual. Ao longo do tempo constatou-se que a sexualidade era influenciada pelas ideias religiosas, culturais, económicas e políticas.

Segundo Cunha (2010), o amor romântico surgiu na Europa a partir do século XVIII, que permitiu liberdade na escolha do parceiro ideal, o mesmo refere que “o amor romântico, juntamente com outras mudanças sociais, afeta a visão sobre o casamento até então e suscita a questão de compartilhar, de intimidade do casal e ajuda a separar o relacionamento de outros aspetos de organização familiar. O sexo se une ao amor e começa a fazer parte do casamento, dada a possibilidade de escolha do parceiro”.

Os primeiros estudos científicos sobre a sexualidade surgem no final do século XIX e princípio do século XX, nesta altura a ciência limitava-se a estudar alguns aspetos parciais dessa temática como a anatomia, morfologia etc. e a legitimar a moral dominante, considerando desvio, patologia ou degeneração todo o comportamento que estivesse em desacordo com essa moral. López e Fuertes (1992).

A partir dos séculos XIX e XX depois de estudos e descobertas efetuadas no campo das ciências através de novas tecnologias, ocorreram mudanças consideráveis na forma como a sexualidades era vista e vivenciada, a satisfação sexual passou a ter um maior significado na vida de cada individuo e na sociedade em geral.

Frade *et al*, (2003), refere a obra polémica de Sigmund Freud (1856-1939) que estuda através da psicanálise, os “mecanismos internos da sexualidade no desenvolvimento psíquico global, nomeadamente na infância” estes, trazem um importante contributo para a compreensão da sexualidade humana.

López e Fuertes (1999, p. 5), destacam que, “Foi também no século XIX inicio do século XX que Sigmund Freud, Médico Vienense, deu o seu contributo nesta área tornando-se fundador da psicanálise e influenciando, grandemente, na tomada de consciência da importância decisiva da sexualidade na vida humana. Freud ao tratar os seus doentes psiquiátricos verificou que estes haviam sofrido conflitos de natureza sexual na infância, facto que o levou a formular o conceito de pulsão sexual.”

Fiúza (2010, p. 6), sublinha que “A evolução da sexualidade ou o desenvolvimento psicosexual são os termos utilizados para nos referirmos ao desenvolvimento sexual no sentido mais amplo: a construção da nossa identidade e da nossa personalidade estão intrinsecamente ligados à nossa sexualidade, ao nosso género e à nossa aquisição de papéis associados à nossa masculinidade e feminilidade.”

López e Fuertes (1999, p. 42), refere que, “A sexualidade é a fonte motivadora do comportamento sexual humano. Está enraizada no biológico (...) é vivida como necessidade de busca de prazer (...) sendo impossível escapar à sua influência (...) e não tem pré-fixado o objeto de satisfação (...). Com efeito, o objeto do desejo sexual é o mais variável da pulsão.”

Na opinião dos autores mencionados foi graças a Freud o reconhecimento da importância da sexualidade na saúde e na doença na tomada de consciência da sexualidade na infância e na crítica à moral sexual. Factos estes que mesmo sendo bastante questionados ainda hoje, influenciaram e muito as concepções da sexualidade no nosso século.

López e Fuertes (1999, p. 48), salienta que “Nos anos oitenta se abriu caminho a um novo campo para a investigação científica, o da sexualidade (...). A interdisciplinaridade destes estudos torna por vezes difícil o entendimento dentro da comunidade científica, mas pode dizer-se que, por fim, a sexualidade deixou de estar reduzida ao secretismo. O seu estado poderá melhorar, sem dúvida, a nossa qualidade de vida.”

Soares (1985), refere que a educação sexual continuava restrita, primeiramente no meio familiar e em seguida à igreja. “Geralmente, as primeiras informações que os jovens receberam no seio da família e da igreja estavam profundamente orientadas pela ideia de pecado, isto é, que o sexo levava em si perigos tão grandes que podia destruir o ser humano.”

Vilar (2002), refere que nos anos vinte surgem vários movimentos sociais (Liga da Reforma Sexual, Sexpol e movimentos neo-malthusinos) que se formam para debaterem questões ligadas à moral sexual. Durante essa década realizam-se diversos Congressos Mundiais para a Reforma Sexual, estes foram organizados pelos movimentos acima referidos e pelos sexólogos europeus.

Marques, A.M. et al (2002), refere que ao longo das últimas três décadas foi desenvolvido pelas organizações e profissionais um novo modelo de educação sexual, designado por modelo de desenvolvimento pessoal e social. “ Este modelo parte de um conceito abrangente de sexualidade e de uma valorização positiva da mesma e das suas múltiplas expressões, integrando-a no contexto das relações interpessoais que se estabelecem, no âmbito das relações e papéis sociais e do exercício da cidadania.”

Em Portugal, o Professor Egas Moniz publica em 1913, a obra “A Vida Sexual” onde os comportamentos sexuais são objeto de uma abordagem científica. Este salienta que a “sexologia do início do século constitui o primeiro corpo estruturado de considerações de ordem científica que reconhece claramente o valor da sexualidade na natureza e nos comportamentos humanos.”

A primeira vez que foi legislado pelo estado português sobre a educação sexual, foi no ano de 1984: Lei 3/84 de 24 de Março - “Educação Sexual e Planeamento Familiar”. Nos artigos 1º e 2º, a Lei refere que o estado incumbe a si próprio o dever de garantir “o direito à Educação Sexual como componente do direito fundamental à educação” desta forma garante a educação sexual dos jovens nas escolas, (em que os programas devem incluir conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade), nas organizações sanitárias e nos meios de comunicação social. A mesma lei menciona a importância da divulgação do Planeamento Familiar e dos métodos contraceptivos para o exercício de uma maternidade e paternidade responsáveis.

Relativamente ao Planeamento Familiar para os jovens, a mesma lei, no artigo 13º, nº1 refere que “o estado e as autarquias incentivarão a instalação de Centros de Atendimento para jovens, a prestação de informação sobre anatomia e fisiologia da reprodução e a informação sexual; a preparação para uma vivência correta da sua sexualidade e o fornecimento de contraceptivos em situações de risco”.

De acordo com a Lei acima mencionada, o Estado compromete-se a apoiar as famílias no que se refere à educação sexual, a introduzir nos programas escolares conteúdos relacionados com a sexualidade humana, garantindo assim, a formação de professores para o desenvolvimento destas funções.

Frade et al. (1992), refere que, por iniciativa própria, as escolas, os profissionais de saúde e a Associação para o Planeamento da Família (A.P.F), desenvolveram atividades relacionadas com a Educação Sexual orientadas para estudantes, professores e outros agentes educativos.

Na área da Educação Sexual destaca-se o papel pioneiro da A.P.F., no desenvolvimento de programas de Educação Sexual para jovens e de formações de profissionais de saúde e educação.

O sucesso desta dinâmica, acaba por influenciar a redação da Lei de Bases do sistema Educativo – Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, que, no artigo 47º, nº 2, ao incluir uma nova área de Desenvolvimento Pessoal e Social, indica a Educação Social, entre outras, como uma das suas componentes, incluindo explicitamente temas de Educação Sexual.

Capítulo 3 – A Sexualidade no Ambiente Escolar

3.1. A Educação sexual no Pré-Escolar

Silva et al. (2005), refere que, sendo a escola um espaço importante para a socialização das crianças e jovens, tem um papel importante a desempenhar na construção e consolidação de valores, de atitudes e até para a própria estruturação da identidade pessoal e do respeito pelo outro.

Ao abordarmos a educação sexual desde a educação pré-escolar, contribuímos para a promoção e educação para a saúde, pois promove-se de maneira precoce a adoção de comportamentos saudáveis. Navarro (1989).

Silva et al. (2005), defende que a educação para a sexualidade deverá ser abordada no currículo da educação de infância, deve ser um tema transversal tal como a educação para a saúde ou a educação ambiental, permitindo esclarecer dúvidas e contrariar os estereótipos discriminatórios existentes no dia-a-dia das crianças, essencialmente num ambiente escolar.

Neste sentido, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016), defendem que, “A área de Formação Pessoal e Social é considerada uma área transversal... Tal deve-se ao facto de esta ter a ver com a forma como as crianças se relacionam consigo próprias, com os outros e com o mundo, num processo de desenvolvimento de atitudes, valores e disposições, que constituem as bases de uma aprendizagem bem-sucedida ao longo da vida e de uma cidadania autónoma, consciente e solidária.”

De acordo com Marques, Pereira e Mago (2003), a família tem um papel fundamental na transmissão de valores, no entanto “cabe ao educador/professor a tarefa de trabalhar,

orientar e reforçar os valores universalmente aceites. Com estes objectivos é necessário que exista sempre colaboração e cooperação entre a escola e a família.”

Filomena, V. (2008), menciona que a educação sexual é um direito das crianças, dos jovens, dos adultos e das famílias “direito a terem acesso a informações adequadas e o direito a viverem a sua sexualidade de forma saudável e gratificante. Deve ser assim um conjunto de actividades que ajude as pessoas a encarar a sexualidade como uma componente positiva do seu corpo, das suas vidas, das relações que estabelecem bem como a escolherem os seus caminhos de uma forma informada e consciente.”

López e Fuertes (1999), refere que é no pré-escolar que se torna possível, através da atitude dos educadores, promover uma relação positiva com o corpo, os afetos e as emoções. Este é um processo contínuo que vai desde o nascimento e acompanha todo o percurso pré-escolar e escolar da criança.

Segundo Marques A.M. et al (2002), a educação sexual formal caracteriza-se por um conjunto de ações formais, estruturadas e intencionais que devem ter como finalidade, a intervenção positiva no domínio da vivência sexual dos elementos envolvidos.

É a formalidade e a intencionalidade que definem a educação sexual formal, Amor Pan clarifica dizendo que “A Educação Sexual é um processo pelo qual os pais e os educadores se esforçam para informar e formar os educandos no campo da sexualidade, para que estes possam aceder ao total desenvolvimento do seu ser, como homens e como mulheres, de modo a que sejam capazes de viver como seres plenamente humanos na sua vida afetiva, pessoal e social e, por sua vez, livres e responsáveis.” Amor Pan (1997; p.300).

Pensa-se que a nível formal é importante a colaboração e cooperação de variados intervenientes, tais como os pais, educadores, auxiliares de ação educativa, assim como, a conexão com outros serviços comunitários, de assistência e a ligação a outros centros com objetivos comuns. Soler, N. (2003).

De acordo com López Sánchez (1990), a Educação Sexual não formal caracteriza-se por não ter uma intenção planificada e sistemática, independentemente de quem a faz.

Não colocamos em causa que os saberes próprios destas idades tenham de ser removidos ou substituídos por perspetivas pautadas pelo saber científico, controlado pelos adultos. Procuramos unicamente, sublinhar a inevitabilidade da aprendizagem acerca dos factos sexuais, a relativa autonomia e a imaginação com que constroem os seus «conhecimentos», com base no que observam. Marques A.M. et al, (2002).

O mesmo autor refere a extrema importância do papel das figuras parentais, nomeadamente, o modo como se relacionam entre si e com a criança, os educadores e professores, os meios de Comunicação Social em geral (com particular relevo atualmente para a televisão) e os amigos e colegas. Neste sentido, tudo o que é feito e dito produz influência, todos os comportamentos têm significados associados, mesmo quando não se fala ou não se explica, «não se comunica».

Ana Benavente afirma, (...) “ «nestes não ditos» reside um mecanismo fundamental na transformação das diferenças em desigualdades, deixando vingar afirmações e ocultações, estereótipos e hábitos, sem interrogar a sua influência na formação dos jovens cidadãos.” Benavente (1995); p. 9.

López Sánchez (1990), afirma que é inevitável a relação entre o formal e não formal na Educação Sexual, (...) “todo o acto de educação intencional, consciente e sistemático é sempre acompanhado de numerosos conteúdos não intencionais que podem ter grande influência educativa (posturas, gestos, expressões, conteúdo dos exemplos, uso da linguagem, sentimentos que provocam, significado do educador para o educando, adaptação ou afastamento interpessoal, etc.)”.

Filomena, V. (2008), refere no seu artigo que “A generalização das experiências relacionais das crianças pequenas (0 a 2 anos) com a figura de apego é fundamental.” Estas vão ser realizadas noutras relações sociais que impliquem afectos e formas de comunicação íntimas, quer nas amizades, no namoro assim como nas relações sexuais.

Marques A.M. et al (2002), explica que “O desenvolvimento da sexualidade entre os 2 e os 4 anos coincide, de um modo geral, com o controlo esfíncteriano (tirar as fraldas), altura que a repressão interfere na educação. A família e o meio envolvente encarregam-se de transmitir à criança um conjunto de preconceitos relativos a “certas” partes do corpo

e o prazer nesta região passa a não ser aceite pelos adultos, que o demonstram através do nojo e desagrado face às fezes e à urina”.

O mesmo autor explica que quando termina o processo de controlo dos esfíncteres, a criança conclui a fase de conhecimento do seu corpo e da descoberta dos prazeres por ele proporcionados. Esta etapa do desenvolvimento da sexualidade vai até aos 3/4 anos, a criança nesta fase já tem um controlo eficaz sobre o seu corpo, quer do ponto de vista motor, quer da linguagem.

Com a conquista destas capacidades, o seu objetivo agora passa por conhecer o ambiente e no campo da sexualidade, fixa-se agora em conhecer o corpo do outro e os prazeres que este lhe pode oferecer.

Ainda, Marques A.M. et al (2002), refere que “Como nesta idade as crianças ainda não interiorizaram a moral sexual dos adultos, na sua maioria, mostram o seu corpo e encaram o corpo dos outros de forma natural e espontânea. Dependerá, em parte, das atitudes dos adultos que a rodeiam, pais e educadores, quês estas atitudes de naturalidade prevaleçam.”

Entre os 3/4 anos a criança já consegue classificar-se de acordo com o sexo a que pertence, através de um conjunto de comportamentos regidos pelos papéis sexuais que são atribuídos a um ou a outro sexo. Para além de saber a que sexo pertence, a criança utiliza o meio envolvente, como os brinquedos, roupas, jogos e/ou atividades para se auto classificar. É nesta fase que as crianças não querem usar certas roupas porque são de menino/a ou não querem certos brinquedos porque são de menino/a, significa que a identidade sexual e o papel atribuído ao seu sexo regulam já a maioria dos seus comportamentos. Marques A.M. et al, (2002).

Os especialistas concordam que a infância influencia o desenvolvimento psicosssexual da adolescência de forma determinante.

De acordo com Félix, L. (2005), a aquisição de uma identidade sexual harmoniosa e de papéis de género igualitário vão favorecer as condições para que cada individuo resolva bem as suas necessidades de contacto e vinculação ao longo da vida.

O mesmo autor valoriza a educação sexual no pré-escolar pois acredita que pode ajudar a criança a reconhecer-se como ser sexuado e a estimar a sua própria identidade sexual,

pode ainda ajudar a detetar problemas de identidade e contribuir educativamente para canalizar respostas adequadas a estes problemas.

Segundo o mesmo autor, a educação para a sexualidade está relacionada com atitudes e valores, é importante enunciar neste contexto a igualdade entre sexos, a sinceridade, o prazer, ternura, comunicação, partilha de afetos e partilha de responsabilidades. Só assim conseguiremos que as crianças adquiram nas suas vidas, conhecimentos face à ignorância, habilidades interpessoais face à agressividade, condescendência face ao bloqueio nas relações, comunicação face a silêncio, aceitação positiva da sexualidade face à rejeição ou ao medo, desenvolvimento ótimo face à despreocupação ou negligência, educação, respeito e ética face à falta de limites, ou egocentrismo ou à agressão.

3.2. Atitudes Perante a Sexualidade

López, F. e Fuertes, A. (1992), refere que as nossas atitudes perante determinados temas, influenciam o nosso comportamento, especialmente se estiverem sujeitos a polémica e mais ainda se nos sentimos pessoalmente implicados. Relativamente à sexualidade, existem numerosos temas sexuais sujeitos a polémicas irreconciliáveis, a masturbação, homossexualidade, aborto, relações “extra” e “pré” nupciais e todos nos sentimos implicados de alguma forma.

Os mesmos autores acima referidos citam Inskoe Schopler (1980), este refere que as atitudes são “predisposições a avaliar os objetos de modo favorável ou desfavorável” elas forma-se no decorrer da vida como resultado de experiências e comportamentos aprendidos dos outros.

No entanto é possível distinguir, opiniões, sentimentos e tendências para agir de determinadas maneiras. Na opinião de López, F. e Fuertes, A. (1992), “As opiniões são acompanhadas de *sentimentos*. Os sentimentos são reações fisiológicas que se manifestam em mudanças biológicas internas e externas, bem como interpretações subjectivas e sociais dessas mudanças. Se um educador recusa fortemente que um menino mongoloide se masturbe, é muito provável que, ao vê-lo, ele se perturbe (produzindo-se nele mudanças no ritmo cardíaco e respiratório, entre outras), expresse no rosto, na

postura e no tónus muscular a sua recusa, e interprete que está sentindo asco ou algo semelhante. Se nesse momento é corretamente observado por colegas, estes podem também interpretar os seus sentimentos.”

As atitudes tendem para agir de determinadas maneiras, se algo é considerado negativo ou perigoso é possível que a tendência seja de evitá-lo, no entanto se algo se mostra positivo e produz sentimentos de agrado ou atração, então, a tendência é para usufruir.

De acordo com Kendler (1974), pode dizer-se que as atitudes influenciam as atitudes tomadas pelos indivíduos no seu dia-a-dia, tendo um papel fundamental no comportamento dos mesmos. Por exemplo, a atitude do indivíduo perante o sexo vai influenciar a sua escolha de parceiros, ou a atitude perante a religião vai condicionar o que faz ao domingo.

Os primeiros agentes de socialização são os pais, fundamentalmente durante a infância, ao longo da vida vão perdendo a força e sofrendo alterações à medida que contactam com outras pessoas e outras realidades. No entanto os pais, colegas e os grupos de referência não são os únicos fatores que contribuem na formação de atitudes. Atualmente, os meios de comunicação e a internet têm um poder significativo na formação das mesmas, principalmente nas crianças e adolescentes. Neto (1998).

Todos os comportamentos do ser humano têm uma regulação social, que origina um conjunto de atitudes de acordo com as normas e valores associados à sociedade assim como, ao indivíduo. Quando se fala de sexualidade, as atitudes tomam uma importância fundamental, estas, determinam a aceitação de determinadas interações sexuais Antunes (2007).

Neto (2000), refere que as atitudes e comportamentos sexuais variam de acordo com as gerações e culturas. Nas sociedades ocidentais, as atitudes sexuais dos mais novos têm sofrido uma evolução constante nas últimas décadas, pela permissividade crescente, principalmente em questões relacionadas com a importância de casar virgem e a homossexualidade.

Os jovens atualmente já admitem que é importante falar sobre sexualidade e percebem a importância da educação sexual, são cada vez mais tolerantes relativamente a questões

sobre a contraceção, sexo pré-marital e estão mais recetivos a outras realidades sexuais diferentes das suas Sorensen (1973), cit. por Claes (1990).

O debate sobre as atitudes sexuais dos mais jovens, atualmente tem-se vindo a alargar e têm surgido questões sobre que atitudes os conduzem a comportamentos que colocam em risco a sua saúde e o futuro de uma sociedade Antunes (2007).

O interesse em debater estas questões surge, pelo facto de existir uma maior liberdade sexual, maior permissividade, alteração dos valores e normas sociais, pela diferença de papéis que a mulher tem na atualidade e pelas alterações de perspetivas relacionadas com a contraceção e o aborto Antunes (2007).

3.3. A Educação Sexual e o Papel do educador

Marques et al. (2002), afirma que a maioria dos educadores sentem-se inseguros para dar início a atividades e projetos relacionados com a educação para a sexualidade, visto que as oportunidades de formação são quase inexistentes nesta área e existe também pouca informação disponível. Esta falta de (in) formação poderá dar origem a uma desatualização de conhecimentos, sendo natural que os educadores se sintam hesitantes perante as atitudes e práticas que devem adotar perante possíveis reações das crianças e das próprias famílias.

Mauro (1977), refere que, na área da educação, assuntos relacionados com a importância da sexualidade, são temidos e muitas vezes ignorados. É necessário, para educadores, pais e professores o conhecimento da evolução da sexualidade desde a infância, não para ser imposta uma educação sexual moralizadora e científica mas para lhes dar atenção e proporciona-lhes a liberdade de se exprimirem através do que elas constroem inconscientemente.

Fenco (2003), explica que as meninas e os meninos percebem que existem diferenças entre eles, no entanto, muitas vezes não conseguem explicar quais são essas diferenças. Cabe ao educador trabalhar com as crianças esses conceitos, permitindo que adquiram conhecimentos das suas diferenças, sem atribuir brincadeiras específicas às meninas e

outras aos meninos. As crianças devem realizar brincadeiras coletivas, onde quer meninos, quer meninas vão trocando de papéis. Não importa se o companheiro escolhido para brincar é menino ou menina, o importante é vivenciarem momentos agradáveis. Existir uma variedade de brinquedos e de opções de brincadeiras, permite que todos os espaços sejam ocupados por meninos ou meninas, de forma indiscriminada, permitindo à criança brincar com os brinquedos que escolhe e interagir de forma espontânea sem constrangimentos.

Para Marques, Vilar & Forreta (2002), o educador desempenha um papel fundamental na educação sexual, pela partilha intensa de trocas afetivas com as crianças, pela sua proximidade no quotidiano e por serem modelos de comportamento.

Segundo Benavente (1995), citado por Marques (2002), "todo o educador transmite não apenas o que sabe, mas aquilo que pensa, aquilo que é e o mundo em que vive"

Uma adequada educação sexual deve partir dos conhecimentos, interesses, necessidades e capacidades do grupo ao qual se vai dirigir a ação educativa. Deve começar desde as primeiras idades e integrar-se na formação geral do aluno de uma forma sistemática e continua. O seu desenvolvimento deve ser da competência de toda a comunidade educativa. Ainda sendo distintas as formas em que a educação sexual se ensina na família e na escola, é importante que ambas se coordenem e planem objetivos comuns. González, R.D. (2008).

De acordo com Sanders e Swinden (1995), quando um educador ensina sobre sexualidade, os seus valores, atitudes e tabus são também questionados, tendo influência fatores como a idade, classe social, sexo, assim como a cultura com que o educador se identifica.

Bettencourt, Campos & Fragateiro (2000), sublinha que é fundamental a formação de educadores capazes de observar e entender o que se passa na prática pedagógica e contrariar a indiferença e passividade dominantes nas instituições educativas e de formação no que respeita a esta área.

Marques et al. (2002), reforça mais uma vez a importância do papel dos educadores no sentido de integrarem, naturalmente, os assuntos ligados com a sexualidade na prática pedagógica, que do jardim-de-infância quer da escola.

De acordo com o referido autor, a criança, sensivelmente a partir dos 3 anos inicia o relacionamento interpessoal com outras crianças e a interação entre pares, em grupos mistos, de rapazes e raparigas, confronta a criança com outros pontos de vista, o que é essencial ao seu desenvolvimento.

Ao referir-se ao papel da família, Marques, Pereira e Magno (2003), consideram-no fundamental na transmissão de valores. No entanto, na sua perspetiva, cabe ao educador/professor a tarefa de trabalhar, orientar e reforçar os valores universalmente aceites, colaborando e cooperando com a família.

Filomena, V. (2008), refere no seu artigo que por vezes os educadores prolongam os tabus associados à sexualidade e justificam-se, dizendo que estão disponíveis para responderem às questões das crianças, no entanto, esquecem-se que as crianças nem sempre questionam verbalmente, grande parte das vezes é com sorrisos, piadas, troca de olhares, inibições e muitas vezes têm dificuldade em parar para olhar, escutar e responder. Face a esta situação é necessário adquirir a capacidade de refletir e comunicar, porque a educação para a sexualidade pressupõe uma disposição permanente para o diálogo.

Para Gonzáles (2008), os educadores são agentes fundamentais no processo de formação da identidade, deverão ter em conta a pressão estereotipada que exercem nos meninos e meninas, mostrando atitudes abertas e flexíveis que possibilitem uma seleção de papéis complementares e ajustados, respeitando os seus interesses e necessidades, ainda que nem sempre coincidam com as suas expectativas como pessoa adulta.

Em geral podem dar-se as seguintes recomendações para as perguntas de natureza sexual que as crianças fazem.

Em educação sexual o professor/educador nunca deve:

- Negar-se a responder às perguntas das crianças.
- Falar à parte e em forma de segredo.
- Reprimi-los porque perguntam ou manifestam a sua sexualidade.
- Não fazer analogias com animais e plantas, já que estas condutas são bastante distintas da sexualidade humana.

O professor/educador deve na educação sexual:

- Responder no momento em que é feita a pergunta.
- Responder com naturalidade sem malícias, risos ou sarcasmos.
- Responder verdadeiramente de forma completa.
- Utilizar sempre palavras corretas e expressar-se de forma clara.
- Responder sem ter em conta o sexo de quem pergunta.
- Facilitar perguntas que observamos que as crianças não se atreveriam a questionar.
- Aproveitar as situações embaraçosas para explicar o tema.

O mesmo autor acima referido explica que, os educadores são modelos que deverão tomar consciência da necessidade de uma intervenção real, apesar das dificuldades que daí advenham, se querem oferecer uma educação que favoreça o desenvolvimento integral das crianças.

A educação infantil, em conjunto com a família, constituem os primeiros espaços de socialização. O educador deve evitar o choque de valores com a família face a atitudes discriminatórias, mas esta possível dificuldade não o impede de realizar atividades de mudança entre a família e as crianças.

Este trabalho deverá ser desenvolvido pela equipa educativa, incluindo no seu projeto atitudes positivas e oferecendo um modelo isento de prejuízos, flexível e reflexivo, que sem dúvida, encontrará resultados positivos no desenvolvimento das crianças.

Uma adequada educação sexual deve partir dos conhecimentos, interesses, necessidades e capacidades do grupo ao qual se vai dirigir a ação educativa. Deve começar desde as primeiras idades e integrar-se na formação geral do aluno de uma forma sistemática e continua. O seu desenvolvimento deve ser da competência de toda a comunidade educativa. Daí que, para Gonzáles (2008), ainda que sendo distintas as formas em que a educação sexual se ensina na família e na escola é importante que ambas se coordenem e tenham objetivos comuns.

Filomena, V. (2008), reconhece a importância de ajudar as crianças a identificar os valores da família, das pessoas que as rodeiam e a clarificar os seus próprios valores. É fundamental educar para a paz, a solidariedade/ tolerância/ sinceridade, a liberdade,

autonomia, verdade, amor, resolução de conflitos, prevenção de agressões físicas e emocionais.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4 - Contextualização do Estudo

4.1. Caracterização Do Meio

4.1.1. Meio

Localizada no centro do Algarve, na região mais a sul de Portugal, Albufeira é sede de concelho e pertence ao distrito administrativo de Faro de que dista 39 Km.

Com uma área de 14800 há e uma população a rondar os 40 mil habitantes está dividida em cinco freguesias: Albufeira, Ferreiras, Guia, Olhos de Água e Paderne.

A costa é de arribas recortada por praias de clima marcadamente mediterrânico: Verões quentes e Invernos amenos, com uma pluviosidade reduzida, sobretudo entre os meses de Outubro a Março e com uma temperatura anual a rondar os 17,5°C.

O concelho dispõe de uma costa de 30 km, distribuídos em 23 praias de areia fina e água cristalina, apresentado com algumas das mais belas praias do Mundo. Trata-se de um magnífico Património Natural que tem sido defendido e preservado de forma equilibrada. Albufeira é um dos concelhos do País com o maior número de Bandeiras Azuis, galardão que atesta a qualidade das praias em itens como a limpeza, as acessibilidades ou as águas. A beleza e diversidade da costa fazem de Albufeira um lugar único.



Mapa - Concelho de Albufeira

4.1.2 Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, fundada em 1499 e constituída na ordem jurídica canónica, está localizada em Albufeira. Sede do concelho com o mesmo nome, na zona denominada como Cerro da Alagoa. Pelas suas características assistências, pertencente ao grupo das instituições particulares de solidariedade social.

Nesta pequena introdução, vamos falar um pouco da história da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira que nasceu há 500 anos a partir da Albergaria já existente desde a fundação da vila.

Vários autos consideram-na como uma das Irmandades instituídas em vida da Rainha D. Leonor, pouco depois de fundadas as Misericórdias de Lisboa (1498) e do Porto (1499) tal deve-se ao facto de Albufeira constituir, na altura, a única zona do Algarve pertencente à poderosa ordem de Avis.

Documentos históricos ainda existentes, indicam que a ação da confraria era, no início e durante muito tempo, dominado pela participação nas procissões religiosas, exibindo os seus estandartes e também nos seus serviços fúnebres, quer dos irmãos quer de outras pessoas com posses económicas que pagavam este serviço, o que constituía a principal renda da irmandade; quer no caso dos pobres que a Santa Casa enterrava, cumprindo uma das obras de misericórdia para que foi instituída.

Até ao 25 de Abril de 1974, a sua área de intervenção era limitada apenas no auxílio dos mais socialmente desfavorecidos, tais como indivíduos que careciam de tratamento hospitalar, aos quais eram prestados os cuidados básicos ao nível da saúde no antigo hospital de Albufeira, indivíduos com problemas económicos (mendigos).

Atualmente, o público-alvo da Santa Casa da Misericórdia são as pessoas com necessidades especiais, nomeadamente idosos, crianças, pessoas com deficiência mental e física, toxicodependentes em recuperação, indivíduos seropositivos, famílias carenciadas e desprotegidas, pessoas sem família ou desprovidas do apoio da mesma, indivíduos desempregados, sem habitação ou em condições muito precárias, mulheres vítimas de maus tratos, mães solteiras, doentes mentais, entre outros.

As zonas servidas pela Santa Casa abrangem todo o Distrito de Faro, verificando-se uma maior incidência da sua intervenção no Concelho de Albufeira, nomeadamente na cidade Albufeira, (onde se situa o Centro Infantil “Quinta dos Pardais”) freguesia da Guia (onde se situa a creche da instituição), freguesia de Olhos d’Água - Branqueira, onde funciona o Centro de Formação Profissional – Espaço Bússola e na freguesia de Paderne, local onde se situa a Unidade de Vida Apoiada Casa da Paz.

4.2. Centro Infantil “Quinta dos Pardais”

4.2.1. Localização e Acesso

O Centro Infantil em Albufeira, Caliços, distrito de Faro. Está numa zona urbana, rodeado de bairros residenciais. Na mesma rua existe um Eco Centro desde 2003.

O acesso à instituição faz-se através de um portão e o estacionamento de viaturas é feito no espaço exterior da mesma. O acesso ao interior do edifício é feito pela porta principal que dá acesso ao hall principal.

O Centro infantil “Quinta dos Pardais”, foi inaugurado a 18 de Maio de 1996, e trata-se de uma Instituição composta por duas respostas sociais, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

Atualmente, tem capacidade para 134 crianças, das quais estão distribuídas pelas seguintes Respostas Sociais:

Capacidade (Vagas)	Creche	Pré-Escolar
Vagas Comparticipadas pela Segurança Social	67	50
Não Comparticipadas	17	0
Total	134	

Quadro 1 – Capacidade Total de Crianças

Os princípios básicos pelos quais se rege são:

Apoiar a família e colaborar com esta, numa participação efetiva, no processo educativo da criança

Promover o desenvolvimento global e harmonioso da criança, através de experiências individuais e em grupo, adaptadas à expressão dos seus interesses e necessidades.

Assegurar os cuidados de higiene e alimentações adequadas à idade das crianças.

Proporcionar vivências diversificadas de acordo com os interesses e expectativas das crianças como forma de integração social.

Fazer a articulação entre o Pré-Escolar e o 1º Ciclo, de modo a que todo o processo de desenvolvimento social e da personalidade da criança iniciado no Pré-Escolar tenha continuidade, permitindo uma rentabilidade no processo educativo.

Proporcionar às crianças a oportunidade de se encontrarem com outras crianças e adultos, de se enriquecerem com esses contactos e adquirirem novas experiências sociais e culturais, preparar a sua escolarização futura e contribuir para o seu desenvolvimento físico, intelectual e afetivo.

Despistar inadaptações ou deficiências e proceder ao encaminhamento mais adequado.

4.2.2. Espaços Físicos

Espaço Interior

A instituição foi construída de raiz em terreno cedido pela Câmara Municipal de Albufeira à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

O espaço interior é composto por:

Piso 1 (Poente): Uma receção/secretaria, um gabinete da direção técnica/pedagógica, uma sala polivalente, a sala de apoio no âmbito da terapia da fala, duas casas de banho

(adultos e adultos com mobilidade reduzida); nesta área situam-se ainda quatro salas de atividades de Creche (Berçário 1, Berçário 2 e duas sala de um 1/2 anos, Rosa e Lilás), um refeitório e copa onde são servidas as refeições dos bebês com cadeiras próprias para o efeito;

Piso 0: Um espaço polivalente amplo, um refeitório, utilizado pelas duas salas de 2 anos (Amarela e Azul) e pelas duas salas de Pré-Escolar (Laranja e Verde). A cozinha está desativada, serve apenas para distribuir os almoços e preparação de lanches assim como lavagem de louça; tem ainda uma sala de funcionários, lavandaria, uma casa de banho de adultos e 3 salas de arrumos. Nesta área situam-se ainda 2 salas de atividades de Creche (Salas de 2/3 anos, Amarela e Azul) com casa de banho e hall de entrada;

Piso 1: (Nascente) 2 salas de atividades de Pré-Escolar (Laranja e Verde) com casa de banho e hall de entrada.

Espaço Exterior

O espaço exterior é amplo, organizado por diferentes áreas.

Existe:

- Parque infantil, junto ao piso 1 (Poente);
- Parque infantil, junto ao piso 1 (Nascente);
- Campo de jogos;
- Canteiros para hortas pedagógicas;
- Espaços ajardinados.

4.2.3. Recursos Humanos

A instituição funciona com o seguinte pessoal docente e não docente:

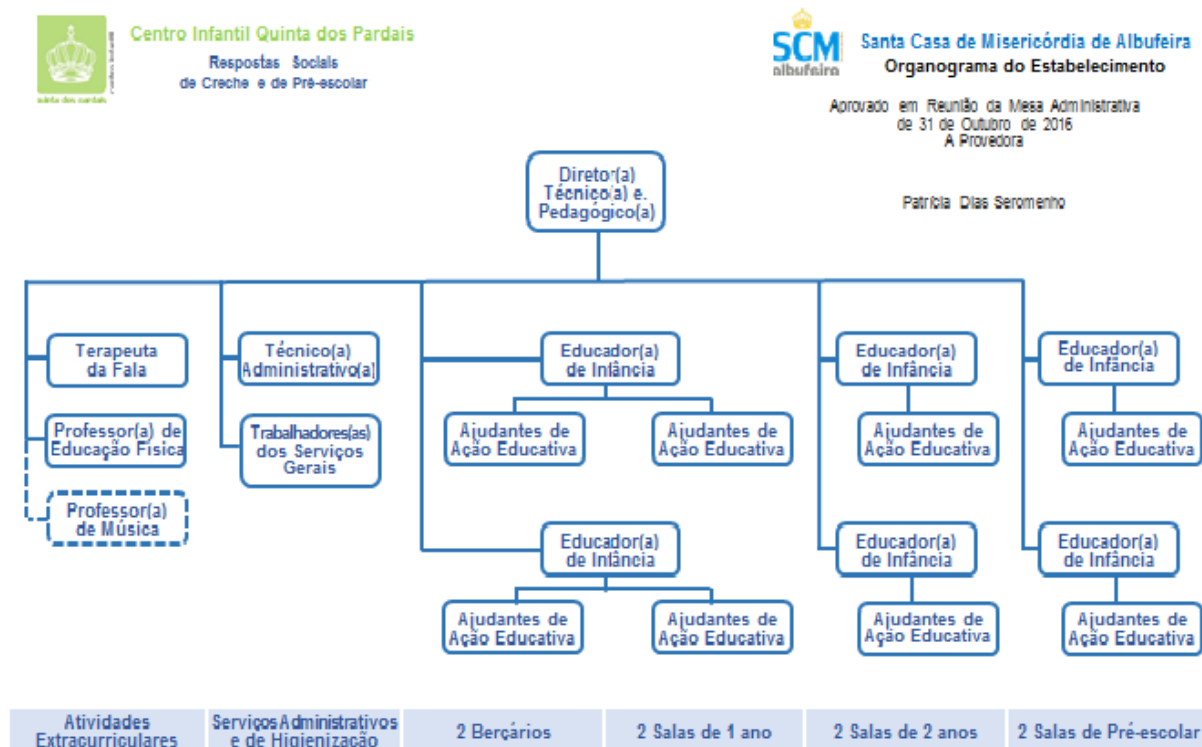
Direção e secretaria: 1 Diretora Técnica/Pedagógica, 1 Administrativa;

Pré-Escolar: 2 Educadoras de Infâncias (1 por sala), 4 Ajudantes de Ação Educativa (2 por sala).

Creche: 4 Educadoras de Infância, 12 Ajudantes de Ação Educativa

Atividades extracurriculares: 1 Professor de Educação Física, 1 Professor de Música, 1 Professor de Yoga e 1 Terapeuta da Fala (comuns a outras respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira).

Serviços Gerais: 3 colaboradoras



Quadro II - Organograma do Estabelecimento

4.3. Objeto de Estudo

O objeto de estudo aqui apresentado surgiu da observação/reflexão realizada a partir de situações do quotidiano de uma sala de jardim-de-infância onde exerço a minha atividade profissional.

O facto de estar no início da profissão conduz a uma série de questões e dúvidas sobre as atitudes tomadas pelos adultos face a determinados comportamentos das crianças. Os diferentes intervenientes no processo educativo da criança, educadores, auxiliares de ação educativa e pais devem exercer um trabalho de parceria em que todos contribuam para o desenvolvimento da criança.

Alguma da bibliografia consultada, nomeadamente, López & Fuertes (1999) e Marques et al. (2002), refere a importância do papel dos pais como as pessoas com maior poder de modelação dado que, para além de serem figuras de apego são igualmente as principais figuras de identificação, pelo que têm uma influência decisiva na regulação da moral e dos comportamentos das crianças. Mas, também, os educadores e outros elementos da equipa educativa são cada vez mais modelos a não menosprezar, em virtude de, cada vez mais precocemente, as crianças frequentarem as creches e os jardins-de-infância durante um significativo número de horas.

Face ao exposto, e ao presenciar várias situações em que as crianças apresentam diferentes manifestações de sexualidade: acariciam-se na frente dos outros, despem-se e vestem-se, vão à casa de banho juntas e espreitam/mostram, tocam nos seus órgãos genitais e nos dos colegas, e considerando a opinião da representante da instituição referida na entrevista (Apêndice I) “as crianças são curiosas por natureza, gostam de observar o que as rodeia no seu dia-a-dia e com muita perspicácia se apercebem das diferenças entre meninas e meninos, comentam entre si, com os seus pais, educadores e auxiliares. Já aconteceram situações em que os pais solicitam que as crianças sejam separadas na hora de ir ao wc.”

Esta opinião vem confirmar que algumas atitudes dos adultos não estão em conformidade com o que é pretendido nestas situações. Esta opinião é reforçada na mesma entrevista “(...) uma discrepância nas atitudes dos adultos responsáveis pelo grupo onde as crianças

estão inseridas (...) esta situação é bastante difícil controlar, são muitos funcionários com maneiras diferentes de pensar e de reagir a este tipo de situações.”

As situações aqui relatadas conduziram a dúvidas, receios/medos, frustrações e angústias justificativas de que o objeto de estudo se centre na análise e reflexão sobre a atitude dos adultos face à sexualidade infantil e suas manifestações neste grupo de crianças daí resultando a seguinte questão:

- Como trabalhar com pais, educadores e auxiliares de ação educativa, no sentido de melhorar o papel dos intervenientes, no que diz respeito às manifestações da sexualidade em idade pré-escolar?

Capítulo 5 - Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo incidiu na Investigação – Ação. Esta prevê ser um processo com alguma duração e não uma intervenção pontual, desenvolvendo-se em colaboração com grupos reais inseridos num determinado contexto.

O processo permitirá a reflexão sobre as práticas educativas, pois as suas componentes de investigação e de ação possibilitam:

- **Ação** - para alcançar transformação numa comunidade ou organização ou projeto;
- **Investigação** - no sentido de ampliar a compreensão por parte do investigador e por tratar-se de um processo planificado de ação, observação, reflexão e avaliação de carácter cíclico, conduzido e negociado pelos agentes implicados, com o propósito de intervirem na sua prática para a melhorar ou para a modificar no sentido da inovação.

De acordo com Arends ((1995), citado por Gonçalves (2011, pág. 10), “(...) é um excelente guia para orientar as práticas educativas, com o objetivo de melhorar o ensino e os ambientes de aprendizagem na sala de aula”.

A utilização desta metodologia pretende a mudança na forma dinâmica da intervenção educativa realizada no dia-a-dia na ação escolar. Para que esta proposta de intervenção seja capaz de produzir mudança só será possível numa dinâmica de ação-reflexão-ação. Neste sentido a metodologia é considerada eficaz, ajudando o educador para que a sua

atuação seja a mais adequada. É através da reflexão que o educador sistematiza a sua prática educativa com o objetivo de a remodelar e melhorar, aliás como refere Kurt Lewin ((1977), citado por Sanches (2005), pág. 127) “Nem ação sem investigação nem investigação sem ação”.

Esta opção metodológica baseia-se no facto de ser uma estratégia de formação reflexiva que permite recolher e analisar informação que poderá ser utilizada, numa situação de resolução de problemas, relacionados com a intervenção educativa.

Os objetivos a seguir apresentados justificam a opção metodológica que se pretende utilizar neste estudo, cujo processo irá contemplar todas as etapas referidas pelos autores.

Em suma, com este trabalho pretende-se:

- Recolher informação sobre a temática para atuar de uma forma adequada nestas situações.
- Conhecer a opinião da direção da instituição face às diferentes atitudes adotadas pelos adultos face às manifestações de sexualidade das crianças.
- Envolver a instituição no desenvolvimento de ações de sensibilização sobre esta temática, junto dos pais e do pessoal docente e não docente.

5.1. Participantes no estudo

Fazem parte integrante deste estudo o grupo de crianças que é composto por 25 crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 4 anos de idade, 10 das quais são do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

A equipa educativa é constituída por uma educadora de 39 anos a terminar o seu ciclo de estudos com a apresentação do estudo em causa, para a Formação na Especialidade de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, por duas auxiliares de ação educativa, uma das auxiliares tem 60 anos e faz parte dos quadros da instituição há 11

anos a outra auxiliar tem 30 anos, está a terminar os seus estudos em fisioterapia e trabalha na instituição em causa há aproximadamente 3 anos.

A representante da coordenação da instituição é educadora especializada, tem 37 anos, é formada em educação de infância pela universidade de Faro com uma pós-graduação em administração escolar.

Fez o seu estágio profissional em 2005 nesta mesma instituição, em abril de 2006 passou a acumular funções de educadora e Diretora Técnica no Centro de Animação e Apoio Comunitário da Freguesia de Alte, em Setembro de 2006 passou a exercer apenas funções como Diretora Técnica e Pedagógica. Em 2015 foi convidada a trabalhar novamente na Santa Casa da Misericórdia de Albufeira continuando a exercer as mesmas funções de Diretora Técnica e Pedagógica até então.

5.2. Instrumentos de Recolha e Tratamento de Dados

A entrevista é uma das técnicas mais comuns e importantes utilizadas nos mais diversos estudos e investigações. Adota uma grande diversidade de usos e uma grande variedade de formas que vão da mais comum (a entrevista individual falada) à entrevista de grupo, ou mesmo às entrevistas mediatizadas pelo correio, telefone ou computador.

Como afirmam Quivy, r. & Campenhoudt, l. (1992) a entrevista é uma troca, onde o entrevistado exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências. Nesta troca de informação, é essencial que o espírito teórico do investigador permaneça atento, para que as suas intervenções cooperem com elementos de análise enaltecendo, pois, o seu objetivo está ligado aos objetivos da investigação e não ao desenvolvimento pessoal da pessoa entrevistada.

A entrevista destinou-se a um elemento da direção que se mostrou disponível para a realizar.

Para a elaboração da entrevista foi feito um guião (Apêndice I), previamente preparado que serviu de eixo orientador no desenvolvimento da entrevista.

Através deste instrumento de recolha de dados pretendia-se:

- Identificar, junto da direção, as diferentes atitudes adotadas pelos adultos que desenvolvem a sua atuação educativa nesta instituição, face às manifestações de sexualidade das crianças;
- Perceber qual a forma de intervenção preconizada que venha a constituir-se como apoio, para auxiliares de ação educativa e educadoras de infância, na resolução de ocorrências que se integram na temática da sexualidade infantil.
- Planear, com base nessa identificação, uma forma de intervenção que venha a constituir-se como apoio, para auxiliares de ação educativa e educadoras de infância, na resolução de ocorrências que se integram na temática da sexualidade infantil.

A entrevista aplicada foi analisada tendo como modelo, a análise de conteúdo e posteriormente a sua interpretação ao serviço dos diferentes itens do relatório.

Esta análise de conteúdo foi definida por Bardin (2009, pág. 44) como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens."

Capítulo 6 - Análise e Interpretação dos dados

6.1. Análise de Conteúdo da Entrevista

6.1.1. Categoria – Importância da Sexualidade Infantil no Desenvolvimento Integral da Criança

Sub - Categorias	Unidades de Registo
Sexualidade e desenvolvimento integral	“A sexualidade infantil é tão importante para o desenvolvimento integral da criança como todas as outras áreas que são trabalhadas”
Conteúdos a abordar	“ A criança deve saber a sua identidade (nome, idade, género)... conhecimento do seu corpo e suas características pontos-chave da abordagem da sexualidade na infância...
Manifestações práticas de sexualidade infantil	...como masturbação, espreitar e tocar nos seus órgão genitais e no dos colegas para se descobrirem mutuamente...
Atitudes dos adultos	...assunto que muitas vezes é tratado como sendo constrangedor ou mesmo como tabu.
Dificuldades	. Considero que as crianças, por vezes recebem uma educação sexual um pouco confusa, pois não existe informação suficiente e acabam por descobrir sozinhas aquilo que ninguém lhes ensinou e geralmente da pior maneira e isso é o que temos que evitar
Sugestões	“...devemos encontrar soluções para colmatar esta lacuna que penso, ser transversal a todas as escolas de ensino pré-escolar.”

Quadro III – Importância da Sexualidade

Fonte: Entrevista à Direção

6.1.2. Categoria – Atuação da Coordenação Face a Relatos de Manifestações de Sexualidade Infantil

Sub -Categorias	Unidades de Registro
Atitudes dos adultos	<p>...os pais solicitam que as crianças sejam separadas na hora de ir ao wc”</p> <p>...”existe uma discrepância nas atitudes dos adultos responsáveis pelo grupo”</p> <p>...”situação é bastante difícil controlar, são muitos funcionários com maneiras diferentes de pensar e de reagir”</p>
Atuação junto dos pais	<p>“As educadoras tentam tranquilizar os encarregados de educação, transmitindo aos pais segurança e que esta é uma situação normal, faz parte do seu processo de desenvolvimento de descoberta do seu corpo e da sua sexualidade”.</p>
Atuação junto dos adultos da instituição	<p>...”tentamos sempre que as educadoras consigam encontrar um ponto de equilíbrio para que elas próprias consigam sensibilizar as suas equipas para uma melhor atuação neste tipo de situações. “</p>

Quadro IX – Atuação da coordenação

Fonte: Entrevista à Direção

6.1.3. Categoria – Atitude da Coordenação Face a Manifestações de Sexualidade Infantil

Sub -Categorias	Unidades de Registo
Intervenção	... consigo agir com naturalidade às manifestações de sexualidade das crianças, considero que devemos intervir quando necessário ou quando solicitado pela criança para algum esclarecimento.”
	“Discordo completamente de comentários depreciativos que façam com que a criança se sinta culpada, que se assuste e sinta que está a agir mal ou que é sujo o que está a fazer, o que coloca em causa o seu harmonioso desenvolvimento.”
	“...é um assunto pouco esclarecedor para grande parte da equipa e que eu própria reconheço nem sempre saber a melhor maneira de agir, trocamos ideias entre todas (equipa docente) tentamos encontrar estratégias mas nem sempre temos certeza se a forma encontrada será a mais correta.”

Quadro V – Atitude da Coordenação

Fonte: - Entrevista à Direção

6.1.4. Categoria – Abordagem do Tema da Sexualidade Infantil

Sub -Categorias	Unidades de Registo
Sua pertinência	“Seria pertinente enquadrarmos nas nossas formações este tema, tendo como objetivo, uniformizar os procedimentos perante atitudes de manifestações de sexualidade” “É fundamental que este tema seja tratado junto dos pais e de todos aqueles que atuam com as crianças, pois são os adultos que influenciam o desenvolvimento pessoal e social de cada criança.”
Sua operacionalização	“a articulação entre a escola e a família, com especialistas na sexualidade infantil e com capacidade também, para, conseguir gerir as diferentes mentalidades, personalidades e posturas dos adultos face ao tema em questão.”

Quadro VI – Abordagem do tema

Fonte: Entrevista à Direção

A partir da análise da entrevista a um elemento da direção podemos considerar que a temática em estudo constitui motivo de alguma preocupação por parte da instituição. Alguns dos indicadores revelam-nos que a sexualidade é vista e defendida como fazendo parte do desenvolvimento integral da criança e existem conteúdos neste âmbito que devem ser abordados.

Quanto às atitudes dos adultos face às manifestações práticas de sexualidade infantil existe algumas dificuldades em lidar com todas as situações, mas são avançadas sugestões de atuação junto dos pais e junto dos adultos da instituição.

No mesmo testemunho é referenciada a pertinência do tema em estudo e são propostas algumas estratégias de operacionalização.

Capítulo 7 - Análise de Necessidades

7.1. Identificação das Necessidades

Depois da análise da entrevista que foi aplicada à diretora técnica do centro Infantil – Quinta dos Pardais e após reflexão sobre a situação real verificou-se que seria necessário fazer uma identificação de necessidades, tendo em atenção a situação real e qual seria a situação ideal.

Através do resultado da pesquisa bibliográfica realizada, consideramos importante definir alguns fatores necessários para que exista uma superação das dificuldades encontradas relativamente à atuação do adulto face às manifestações de sexualidade das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade.

Situação Real	Situação Ideal	Necessidades
Questões e dúvidas sobre as atitudes tomadas pelos adultos face a manifestações de sexualidade das crianças.	A revisão da literatura apresenta a importância de; (...) Quando se fala de sexualidade, as atitudes tomam uma importância fundamental, estas, determinam a aceitação de determinadas interações sexuais.	Envolver toda a equipa da sala em soluções facilitadoras e coerentes para fazer face às manifestações das crianças, é importante que se coordenem e planeiem objetivos comuns.
Manifestações práticas de sexualidade infantil por vezes são tratados como sendo constrangedoras ou mesmo como tabu.	“...as formas em que a	Trabalho de parceria, articulação entre a escola e a família
Existência de diferentes atitudes dos diferentes intervenientes... quer dos	educação sexual se ensina na família e na escola é importante que ambas se	Ações de formação sobre a temática.

pais, como dos auxiliares e coordenem e tenham
dos educadores. objetivos comuns.”

(...) “é fundamental a
formação de educadores
capazes de observar e
entender o que se passa na
prática pedagógica no que
respeita a esta área.”

Perante o confronto entre as diferentes situações, a real e a ideal, surgiu identificação das necessidades. Face a esta análise decidiu-se elaborar um plano de ação de formação de forma a colmatar as necessidades encontradas.

Parte III - Proposta de Intervenção

Capítulo 8 - Fundamentação e Desenvolvimento da Proposta de Intervenção.

8.1. Fundamentação e Objetivos Gerais da Proposta de Intervenção

A seguinte intervenção tem como objetivo dar resposta a uma série de questões e dúvidas mais frequentes sobre a sexualidade infantil no ambiente educativo, de maneira a preparar os adultos para saberem reagir aos comportamentos e questões sexuais das crianças.

Pretende-se com este plano analisar e refletir sobre questões, dúvidas, receios/medos, frustrações e angústias com que os intervenientes no ambiente educativo com crianças em idade pré-escolar se deparam do dia-a-dia.

É essencial que exista um trabalho de parceria entre toda a comunidade educativa e família para que todos contribuam para o desenvolvimento moral da criança.

De acordo com Marques et al. (2002), as crianças em idade pré escolar expõem-se espontaneamente em diferentes comportamentos sexuais (acariciam-se na frente dos outros, despem-se e vestem-se, vão à casa de banho juntas, fazem perguntas). Não sentem malícia nem vergonha até por volta dos 7/8 anos de idade. Nesta fase ainda não sabem o que os adultos esperam deles e não têm a capacidade de controlar determinados comportamentos.

Marques et al. (2002) cita Félix (1995) referindo que, “Progressivamente, as crianças passam a ter maior recato, relativamente à exposição de determinadas partes do seu corpo, por integrarem a moral sexual vigente no meio em que vivem através da observação sistemática dos modelos e das atitudes que os adultos foram mostrando em fases anteriores do desenvolvimento”.

López & Fuertes (1999), refere que um dos modelos através dos quais se aprendem os comportamentos e a moral sexual é o modelo real.

Modelo Real, ou seja, “com as pessoas com quem convivem e da qual fazem parte os pais. Os pais são as pessoas com maior poder de modelação dado que, para além de serem figuras de apego são igualmente as principais figuras de identificação, pelo que têm uma influência decisiva na regulação da moral e dos comportamentos sexuais. Mas, também, os educadores são cada vez mais modelos a não menosprezar, em virtude de, cada vez mais precocemente, as crianças frequentarem as creches e os jardins-de-infância durante um significativo número de horas.”

Este modelo exerce nas crianças uma grande influência na aquisição da moral sexual e na regulação dos comportamentos sexuais. Através dele, adquirem novos comportamentos, inibem ou desinibem outros, adquirem novos valores e rejeitam outros.

Assim sendo, após o diagnóstico de necessidades e dada a importância de trabalhar com pais, educadores e auxiliares de ação educativa no sentido de melhorar o papel dos intervenientes no que diz respeito às manifestações da sexualidade em idade pré-escolar no ambiente educativo.

8.2. Projeto de Intervenção

A ação a desenvolver através deste projeto, tem como principal objetivo contribuir para a melhoria significativa da reação dos adultos face aos comportamentos e questões sexuais das crianças entre os três e os seis anos de idade.

Não se trata de um projeto rígido e terminado, mas pretende-se que exista abertura para o desenvolvimento de novos projetos e novas ações que possibilitem às crianças, pais, educadores e auxiliares uma melhoria das suas práticas.

8.3. Programa de Enriquecimento Interpessoal

8.3.1. População Alvo

O programa de enriquecimento interpessoal é dirigido a um grupo de pais com crianças entre os três e os seis anos de idade, às educadoras, auxiliares de ação educativa e à diretora técnica da instituição onde se realizou o estudo.

8.3.2. Constituição do grupo

Deverão participar no programa aqueles que estejam interessados em adquirir e aprofundar os seus conhecimentos relacionados com o tema em questão, para poderem usufruir e melhorar as suas práticas, sendo este, para o maior interesse das crianças.

O grupo é constituído por pais, educadoras, auxiliares de ação educativa e pela diretora técnica que organiza e regulamenta todos este processo.

8.3.3. Duração do programa

São propostas quatro sessões de duas horas, para que exista uma partilha de ideias e de experiências assim como um enriquecimento a nível de conteúdos necessários, para se saber lidar com as diversas questões em causa.

8.3.4. Formadores

As sessões serão lideradas pela diretora técnica da instituição e serão dirigidas por uma sexóloga especialista em sexualidade infantil.

8.3.5. Objetivos Gerais das Sessões

- Dar resposta a questões e dúvidas mais frequentes sobre manifestações de sexualidade infantil no ambiente educativo ou fora dele;
- Preparar os adultos para conseguirem reagir da forma adequada, sem causar dano no desenvolvimento da criança;
- Compreender a importância de ouvir e responder às questões das crianças nestas idades.

8.3.6. Planificação das Sessões

1ª Sessão - “O que vejo eu”

Objetivos

- Estabelecer relações interpessoais;
- Conhecer as temáticas das sessões de formação;
- Conhecer normas de funcionamento das sessões;
- Expressar as suas necessidades.

Estratégias

- Realização de uma dinâmica de quebra-gelo, o que vejo eu, como forma de proporcionar uma melhor integração do grupo;
- Apresentação do plano das sessões;
- Comunicação dos princípios de funcionamento;
- Discutir e sistematizar as necessidades apresentadas.

Material

- Computador e projetor de vídeo;
- Espelho e caixa;
- Folheto informativo com calendarização e resumo das sessões.

2ª Sessão – *Receios face a manifestações de atitudes sexuais na infância*

Objetivos

- Partilhar medos, dúvidas, receios e preocupações perante manifestações da sexualidade nas crianças.

Estratégias

- Discutir os sentimentos transmitidos;
- Exploração da história “A viagem de Peludim”
- Esclarecimento de dúvidas mitos e preocupações.

Material

- Computador e projetor de vídeo;
- Livro;
- Folheto informativo com calendarização e resumo das sessões.

3ª Sessão - *Atitudes e estratégias*

Objetivos

- Conhecer atitudes e estratégias adequadas ao saudável desenvolvimento sexual da criança;
- Metodologias e estratégias para a educação sexual na escola;

Estratégias

- A orientadora apresenta diferentes situações colocando imagens ou questões e propõe que os formandos expliquem como reagiriam.
- Discutir e esclarecer ideias apresentadas;
- Exposição por parte do formador sobre a problemática, manifestações de sexualidade nas crianças em idade pré-escolar, disponibilizando metodologias e

estratégias para uma melhor abordagem do tema em questão junto das crianças, quer na escola quer fora dela.

Material

- Computador e projetor de vídeo;

4ª Sessão - *A importância da educação sexual na escola - Proposta de atividades*

Objetivos

- Inculcar valores e atitudes positivos face à sexualidade na infância;
- Conhecer atividades adequadas e facilitadoras para o desenvolvimento saudável da sexualidade nas crianças entre os 3 e os 6 anos.

Estratégias

- Exposição por parte do formador sobre atividades e materiais disponíveis para trabalhar o tema.

Material

- Livros;
- Vídeos;
- Computador e projetor de vídeo.

8.3.7. Avaliação das Sessões

Terminado o programa de formação é feito o balanço das sessões através do preenchimento de uma grelha de avaliação (apêndiceII). Esta, possibilita ao participante manifestar a sua opinião face aos conteúdos abordados, ao desempenho dos dinamizadores, à importância dos conhecimentos adquiridos e resultados esperados. O formando pode deixar também os seus comentários e sugestões.

Esta grelha permite-nos avaliar o programa e caso necessário, alterar, adaptar e melhorar os conteúdos e metodologias para futuras formações e tentar ir ao encontro das necessidades específicas dos formandos.

Este ciclo de formações termina com um almoço convívio que tem como objetivo, fortalecer laços e partilhar vivências.

Considerações Finais

A revisão da literatura que foi realizada para aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo permite-nos considerar que a educação sexual é um direito das crianças, dos jovens, dos adultos e das famílias e que esse direito se consubstancia no acesso a informações adequadas e o direito a viverem a sua sexualidade de forma saudável e gratificante. Deve ser assim um conjunto de atividades que, tal como é mencionado por Filomena (2008), ajude as pessoas a encarar a sexualidade como uma componente positiva do seu corpo, das suas vidas, das relações que estabelecem bem como a escolherem os seus caminhos de uma forma informada e consciente.

López e Fuertes (1992) salientam que:

“as diferentes dimensões do ser humano influenciam-se mutuamente como o metal numa liga. A sexualidade não pode ser entendida em si mesma, isolada de todo o resto. As capacidades e os processos biológicos, intelectuais, linguísticos e afetivos servem de mediação à identidade, ao papel, aos desejos, sentimentos, fantasias e comportamentos sexuais”. p.15

Considerando estas afirmações retiradas da teoria que sustenta este trabalho pretendia-se com este estudo:

Identificar que atitudes os adultos adotam face às manifestações de sexualidade infantil das crianças e planear, com base nessa identificação, uma forma de intervenção que viesse a constituir-se como apoio, para educadoras de infância, pais e auxiliares de ação educativa na resolução de ocorrências que se integram na temática da sexualidade infantil.

Neste sentido construiu-se uma entrevista dirigida à diretora Técnica da instituição, onde foi baseado este estudo, para conhecer a sua opinião face à atuação dos intervenientes da ação educativa, perante as manifestações de sexualidade e qual a sua posição acerca do modo de atuar da equipa no geral.

A interpretação efetuada aos resultados obtidos conduziu-nos à detenção de algumas necessidades tais como, a necessidade de envolver toda a equipa da sala em soluções facilitadoras e coerentes para fazer face às manifestações das crianças, coordenar e planear objetivos comuns, trabalhar em parceria fazendo a articulação entre a escola e a família e planear ações de formação sobre a temática.

Pretende-se com este plano analisar e refletir sobre questões, dúvidas, receios/medos, frustrações e angústias com que os intervenientes no ambiente educativo com crianças em idade pré-escolar se deparam do dia-a-dia.

Através da realização deste estudo foi possível esclarecer algumas dúvidas existentes em relação ao tema. Pode dizer-se que todas as partes integrantes da realização deste trabalho constituíram uma mais-valia para a forma de ultrapassar as limitações e receios que deram origem a esta pesquisa.

O contributo mais significativo situa-se na alteração do modo de encarar a sexualidade e as manifestações de sexualidade das crianças em idade pré-escolar, considerando-as como fazendo parte do seu desenvolvimento integral e como um direito que lhes assiste.

.

Referências Bibliográficas

- Almeida, P. A. (2009). *A educação sexual na deficiência mental*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4770/1/1.%20TESE%20RITA%20VIEIRA.pdf> [Consultado em 17/04/2017]
- Amor Pan, J.R. (1997) *Afectividad en la Persona con Deficiencia Mental*, Madrid, Publ. Universidad Pontificia Comillas, Catedra de Bioetica, nº 2.
- Antunes, M (2007). *Atitudes e Comportamentos Sexuais de estudantes no ensino Superior*. Coimbra: FORMASAU.
- Barrágan, F.& Dominguez C. (1996). *Niñas, niños, maestros, maestras: una propuesta de educación sexual*. Sevilla: Díada Editora.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, Ana Paula (2003) – Afetividade na Adolescência – Sexualidade e Educação para os Valores, Lisboa, Edições Paulistas.
- Benavente, A. (1995) [Prefácio]. In: P. Sanders & L. Swinden (1995) *Para me conhecer. Para te conhecer – Estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º Ciclos do Ensino Básica*. Lisboa, Associação para o Planeamento da Família.
- Bettencourt, A., Campos, J., & Fragateiro, L. (2000). *Educação para a cidadania*. Cadernos Coeducação, Lisboa: Edição da Comissão para a igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Chagas, E. R. C. (1995). *A Sexualidade e a Criança*. Revista do Professor. Porto Alegre: abr./jun.
- Claes, M. (1990). *Os problemas da adolescência*. (2.^a ed). Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, A. R. (2010). *A sexualidade e a deficiência mental em jovens adolescentes: atitudes dos pais e professores*. Projeto de investigação de Pós-graduação, Universidade de Fernando Pessoa, Ponte de Lima.

Dewey, J. (1971). *Democracia y Educación*. Una Introducción a la Filosofía de la Educación, Buenos Aires: Editorial Losada.

Dias, Alda Maria e outros (2002) – *Educação da Sexualidade no dia-a-dia da Prática Educativa*. Braga, Edição da Casa do Professor.

Fuertes, A. e López, F. (1999). *Para Entender a Sexualidade*. Lisboa, APF.

Finco, D. (2003). *Relações de género nas brincadeiras entre meninos e meninas na educação infantil*.

Fiúza, V. L. (2010). *Sexualidade no adolescente com síndrome de Down*. Projecto de Investigação de Pós-Graduação, Universidade Fernando Pessoa, Ponte de Lima.

Frade, A. et al. (1992). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Texto Editora.

Frade, A. et al. (2003). *Educação Sexual na Escola – Guia para Professores, Formadores e Educadores*. Lisboa, Texto Editora.

Gomes, F. (1992). Prefácio. In Alice Frade et al. *Educação Sexual na Escola*. Guia para Professores, Formadores e Educadores. Lisboa, Texto Editora, 5-6,16.

González, R.D. (2008). *La educación sexual en la etapa infantil*. Madrid. Preparadores de Oposiciones para La Enseñanza.

Kendler, H. (1974). *Introdução à Psicologia*. 5.^a ed. (Vol. II.). Tradução de Simões, A. E Martins, A.S. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.

López Sánchez, F. (1990). *Educación Sexual*. Madrid, Fundación Universidad Empresa.

Lopez, F. (2005). *La Educacion Sexual*. Madrid. Biblioteca Nueva.

López, F. e Fuertes, A. (1992). *Para Entender a Sexualidade*. São Paulo, Edições Loyola.

Marques, A. M. et al (2002). *Os afectos e a Sexualidade na Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Texto Editora.

Marques, A. M., Vilar, D., & Forreita, F. (2002). *Os afetos e a sexualidade na Educação Pré-Escolar* – Um guia para educadores e formadores. Lisboa: Texto Editora

Marques, A., Pereira, A., & Magro, M. (2003). *Saúde na Escola – Desenvolvimento de Competências Preventivas*. Manual do Educador/Professor. Edição da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida – Ministério da Saúde.

Mauro, G. (1977). *Educação e Sexualidade*. Lisboa: Moraes Editores.

Ministério da Educação (2016), Texto de Isabel Silva e Núcleo de Educação Pré-Escolar. *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Editorial do Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE)

Navarro, M. (1989). *Reflectindo sobre formação pós-graduada em saúde escolar*. Revista Saúde e Escola nº 4.

Neto F. (1998). *Psicologia Social*. (Vol. I). Lisboa: Universidade Aberta.

Neto F. (2000). *Psicologia Social*. (Vol. II). Lisboa: Universidade Aberta.

Nodin, N. (2001). *Os Jovens Portugueses e a Sexualidade em finais do Século XX* Coleção Estudos APF. Lisboa: APF.

OMS (1974). *Organização Mundial de Saúde*

Organização Mundial de Saúde, (1976) CID-IX *Revisão da Classificação Internacional de Doenças*. Porto Alegre; Sangra.

Portugal, G. (1998). *Crianças, Famílias e Creches* – Uma abordagem ecológica da adaptação do bebé à creche. Porto: Porto Editora.

Quivi, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Sanders, P. & Swinden, L. (1995). *Para me conhecer. Para te conhecer...* Estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclo do Ensino Básico. Lisboa: Associação para o planeamento da Família.

Silva, M. et al. (2005). *Educação para uma sexualidade Humanizada* – Guia para Professores e Pais. Porto: Edições Afrontamento.

Soares, Maria, (1985). *Educação Sexual na Escola: Percepção da Pais, Alunos e Educadores*; Sugestão de Programa. Dissertação de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Soveral, E. (2002). *Ensaio sobre a Sexualidade e outros estudos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 95 – 123.

Soler, N. (2003). *Curso de Educacion Afectivo-Sexual*. Libro de Teoria. Coruña: Netbiblo

Suplicy, M. (1990). *Papai Mamãe e Eu*. São Paulo: FTD.

Teixeira, R. C. (2011). *Concepção dos professores sobre a sexualidade do aluno nomeado como deficiente mental na escola inclusiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Vilar, Duarte (2002). *Falar Disso – A Educação Sexual nas Famílias dos Adolescentes*. Edições Afrontamento, Porto.

Legislação

Lei nº 3/84 de 24 de Março – Lei da Educação Sexual e Planeamento Familiar.

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Apêndices

Apêndice I

Guião de Entrevista à Diretora Técnica

Guião de Entrevista

Ex.mª Senhora Coordenadora,

No desenvolvimento do relatório final do Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º ciclo do Ensino Básico, cuja finalidade é:

- Identificar, junto dos adultos que desenvolvem a sua atuação educativa nesta instituição, as diferentes atitudes que adotam face às manifestações de sexualidade infantil das crianças;
- Planear, com base nessa identificação, uma forma de intervenção que venha a constituir-se como apoio, para auxiliares de ação educativa e educadoras de infância, na resolução de ocorrências que se integram na temática da sexualidade infantil.

A fim de termos acesso a informações sobre algumas ocorrências que neste âmbito lhe tenham sido relatadas, solicitamos-lhe que responda às questões abaixo, garantindo toda a confidencialidade de que o tema se reveste.

QUESTÕES

1. Qual a importância que atribui à sexualidade infantil no desenvolvimento integral da criança?

2. Como diretora desta instituição, possivelmente, já assistiu a relatos de pais, de educadores ou de auxiliares acerca de manifestações de sexualidade das crianças. Qual a sua atitude face a estas situações?

3. Qual a sua opinião sobre a preparação dos pais e dos adultos da instituição que coordena sobre esta temática?

4. Considera pertinente que o tema da sexualidade infantil seja tratado junto dos pais e dos adultos que atuam junto das crianças? Pode justificar?

5. Em que circunstâncias ou contextos essa abordagem deveria ser feita?

6. O que poderá ser feito, nesta instituição, para que os pais e os profissionais de educação, face a algumas manifestações das crianças relacionadas com esta temática, possam melhorar a sua atuação?

7. Se considerar pertinente, pode acrescentar alguns aspetos que não tenham sido mencionados.

Os meus agradecimentos

Marisa Borralho

Apêndice II

Grelha de Avaliação do Programa de Enriquecimento Interpessoal

Grelha de Avaliação

Programa de Enriquecimento Interpessoal

Utilize a seguinte escala na sua avaliação:

1 – Insuficiente

2 – Suficiente

3 – Bom

4 – Muito Bom

1. Conhecimentos Iniciais	1	2	3	4
Os seus conhecimentos sobre o tema em questão, no início do programa eram:				

2. Expetativas	1	2	3	4
Este programa correspondeu às suas expectativas?				

3. Desempenho dos Dinamizadores	1	2	3	4
Clareza dos assuntos abordados				
Condições propícias à participação				
Estratégias adequadas ao grupo de participantes				

4. Programa de Formação	1	2	3	4
Clareza dos objetivos do programa				
Adequação das temáticas				
Estruturação do programa de formação				
Recursos utilizados				
Duração do programa				

5. Resultados alcançados	1	2	3	4
De acordo com a frequência ao programa de formação, como classifica os resultados alcançados?				

6. Quais os “pontos fortes” e “pontos fracos” deste programa?

Pontos fortes:

Pontos fracos:

7. Que melhorias gostaria de sugerir?

8. Recomendaria outra pessoa a participar neste programa?

☐ **Sim** ☐ **Não**

Data: ____/____/____

Obrigada pela colaboração!